



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO COMO REFLEXÃO PARA A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Resumo

Este artigo discute processos participativos em arquitetura, considerando os objetos arquitetônicos como produtos de códigos culturais, sejam compartilhados ou exclusivos. Inicialmente, analisamos a prática arquitetônica convencional do Movimento Moderno no contexto de industrialização e expansão capitalista, quando até mesmo a produção de espaços cotidianos é transformada em objeto de um conhecimento especializado, baseado em valores técnicos, econômicos, estéticos e políticos, mas afastado de seus usuários. Em oposição a essa prática e em defesa da autonomia dos usuários na apropriação do espaço, examinamos alguns conceitos-chave (de Blundell-Jones, Till e Petrescu, De Carlo, e Turner) sobre projeto e produção participativa na habitação de interesse social. Por fim, argumentamos que uma abordagem participativa pode levar a mudanças substanciais na produção habitacional e a espaços mais afeitos a necessidades e desejos reais, mas somente se vinculada a uma reflexão crítica dos próprios usuários e a processos que permaneçam abertos mesmo depois do projeto e da construção, isto é, quando os espaços são efetivamente usados.

Abstract

This paper discusses participatory processes in architecture, taking architectural objects as products of cultural codes, which can be shared or exclusive. We first analyze the conventional architectural practice of the modern movement *vis-à-vis* the context of industrialization and capitalist expansion, when even the production of everyday spaces is turned into an object of specialized knowledge based on technical, economical, aesthetic and political values but detached from its users. In opposition to such practice and in defense of the users' autonomy in the appropriation of space, we then examine some key concepts (by Blundell-Jones, Till and Petrescu, De Carlo, and Turner) about participatory design and production in social housing. Finally, we argue that a participatory approach can lead to substantial change in social housing and to spaces akin to real needs and desires, but only if conjoined with critical reflection by the users themselves, and with processes that remain open after design and construction, i.e., when spaces are actually used.



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO COMO REFLEXÃO PARA A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Clarissa Bastos e Silke Kapp

clarissabastos@terra.com.br e kapp.silke@gmail.com

1. Projeto arquitetônico no Movimento Moderno: comunicação interrompida

Segundo Andrião (2004), a arquitetura é um objeto relacional, com elementos definidos pelo contexto cultural. Quando a linguagem arquitetônica é compartilhada pelos membros de determinada sociedade, as regras que a orientam são baseadas na tradição e funcionam como consenso coletivo aceito, e não imposto. Com a divisão do trabalho e a instituição de um projetista como mediador entre construtor e usuário, cria-se, cada vez mais, uma especialização e codificação dessa linguagem, com culturas e subculturas diferentes. Isso leva a uma maior possibilidade de escolhas, mas também faz com que tanto essas escolhas quanto a comunicação entre os agentes envolvidos se tornem tarefas de grande complexidade. A linguagem arquitetônica não é mais compartilhada, mas especializada e pessoal.

Esse mesmo desenvolvimento histórico vale também para a produção de moradias. Até o período pré-industrial ela se faz por um morador-usuário com certa autonomia, mas a partir de uma linguagem compartilhada. Os repertórios são criados na experiência com base na tradição. Segundo Kapp (2005), mesmo depois do Renascimento, quando as construções excepcionais passam a ser precedidas de projetos técnicos desenhados por arquitetos, a maior parte do espaço humano residencial (espaços comuns) continua sendo produzida sem esse conhecimento especializado. Com a industrialização, a expansão do capitalismo e a divisão do trabalho, essa prática é paulatinamente marginalizada e parte da produção do espaço da moradia se torna objeto de projeto elaborado pelo profissional, sendo assim predeterminada pelo arquiteto, a partir das referências da especialização.

O Movimento Moderno, protagonista do campo arquitetônico desse período, difunde um ideal de racionalização da produção da arquitetura, com a pretensão de melhorar as condições espaciais e, por meio delas, a própria sociedade. Contudo, o ideal de racionalização implica também uma noção abstrata de usuários e comunidades, que tende a tolher quaisquer apropriações espaciais espontâneas e em consonância com os desejos concretos das pessoas. Como afirmam Blundell-Jones, Till e Petrescu (2005), esse tratamento dado ao usuário acaba por refletir os interesses, valores e códigos da estrutura de poder. Na prática, ele significa a retirada das pessoas dos processos de decisão. Introduce-se o especialista entre o usuário e o edifício.



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

Esse especialista traz consigo seu próprio sistema de valores, frequentemente em conflito com o dos usuários. Nas palavras de De Carlo (2005), “uma vala foi aberta entre o mundo construído e o mundo necessário e desejado”.

Cabe ressaltar alguns aspectos do processo de projeto arquitetônico nesse período. Kapp (2005) argumenta que o Movimento Moderno herdou concepções da tradição renascentista de projetos excepcionais e *as aplicou aos projetos comuns* (como já citado, na tradição renascentista, as edificações excepcionais eram objeto de projeto desenvolvido por profissional, enquanto as edificações comuns – espaços residenciais, comerciais, e outros – não o eram). Kapp destaca três concepções herdadas da tradição renascentista pelo Movimento Moderno, das quais a primeira é a noção de obra ou obra de arquitetura. Entende-se por *obra* o objeto fechado, cuja integridade é ferida por qualquer subtração, acréscimo ou alteração. No caso das moradias, essa noção impede que a construção seja aberta à intervenção do usuário conforme suas necessidades. A segunda concepção renascentista que paradoxalmente se manteve nas construções de espaços domésticos é a autoria. Por autor entende-se aquele que cria o objeto com originalidade e sabe, melhor do que ninguém, o que convém à sua criação. Isso é oposto ao trabalho coletivo autônomo e ao trabalho artesanal, que replica formas sem propósitos inovadores. Se a autoria pode levar a melhores resultados de composições formais, isso não garante que ela produza espaços mais adequados. A terceira concepção herdada pelo Movimento Moderno é a forma de inserção do usuário. Esse é visto como um ser passivo, um personagem na mão do autor. O arquiteto representa a vida dos moradores em seu projeto; o que faz pouco sentido quando aplicado a espaços comuns e domésticos. Nas circunstâncias da produção de massa, o “usuário” – em foco numa construção unitária – passa a ser um modelo genérico, cujo perfil é definido pela renda e cujos hábitos são apenas supostos pelo arquiteto.

Dada a escassez de recursos, a afinização entre esse usuário imaginário e o espaço projetado deixa de ter o caráter artístico dos projetos para a alta burguesia oitocentista e adquire o caráter obsessivo da perfeição taylorista; em prol da ciência, da produtividade e da redução de área, determina-se meticulosamente cada movimento do futuro morador (uma tendência que, aliás, vem recuperando prestígio com a transposição da ergonomia do trabalho para os projetos habitacionais). (KAPP, 2005)

Quanto às otimizações em termos de áreas e recursos – em ressonância com esse aspecto obsessivo da perfeição taylorista citado por Kapp – De Carlo (2005) faz uma crítica ao CIAM de Frankfurt ocorrido em 1929, dedicado à Habitação Mínima. Ali, os arquitetos se debruçam sobre o problema da grande demanda por moradias que explode após a Primeira Guerra Mundial. O autor afirma que esses arquitetos estavam certos em se ocupar do problema, mas equivocados por pensar que haviam descoberto as premissas de sua “solução”; essas premissas já estavam dadas pelo capitalismo. Os arquitetos têm ideias brilhantes para reduzir ao



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

máximo não somente os metros quadrados e cúbicos, como também tudo o que não é essencial para um cálculo abstrato do comportamento humano. Ao concentrar os esforços em como resolver o problema, não questionam o seu porquê e nem tampouco a estrutura de poder relacionada a esse cenário. Hoje, essas propostas se perpetuam e representam álibis culturais para a especulação econômica e a ineficiência política. No caso das habitações de interesse social, elas se multiplicam em padrões com dimensões mínimas, tolhendo formas possíveis ou desejáveis de apropriação do espaço.

Há de se perguntar por que as moradias devem ser as mais baratas possíveis. Por que, em vez de reduzirmos tudo ao mínimo, não fazemos espaços residenciais seguros, ventilados, ensolarados, ricos em oportunidades de privacidade, comunicação e expressão pessoal? Num mundo onde se investe tanto em guerras e supérfluos de todo tipo, não basta o argumento da escassez de recursos para explicar essa questão. As prioridades econômicas parecem fazer sentido apenas para a manutenção das estruturas de poder estabelecidas. Trabalhar no “como” em vez de perguntar pelo “porquê” exclui a realidade do processo de planejamento. E, dessa forma, muitos assentamentos habitacionais que poderiam ser aliados da saúde e segurança públicas são cenários de problemas sociais urbanos, como a violência e moradias degradadas.

As concepções de obra íntegra, autoria individual e usuário passivo continuam fazendo parte do trabalho dos arquitetos. De um modo geral, pouco se evoluiu em considerações opostas a esses conceitos, ainda que haja exemplos de arquitetos que se engajaram em processos mais abertos, como Lucien Kroll, Ralph Erskine, Christopher Alexander, Walter Segal, N. John Habraken, John Turner, Yona Friedman, os membros do Archigram e Cedric Price, para citar alguns. Esses arquitetos se empenham, nos anos 1960, no combate à visão do usuário passivo, levantando, para isso, a discussão acerca da produção tradicional da arquitetura¹. Num cenário europeu já caracterizado pelos resultados da produção intensa de (re)construção no pós-guerra, eles se opõem à criação de produtos acabados e buscam a ideia do projeto como processo aberto. Nessa perspectiva, criticam a produção de massa, o processo de projeto tradicional (que perpetua a separação entre concepção, construção e uso) e os procedimentos construtivos ditos racionalizados (que reforçam a divisão do trabalho), tentando projetar e construir com alguma forma de participação do usuário.

Kroll, Erskine, Alexander, Habraken e Friedman fazem uma crítica da produção massificada sem possibilidade de individualização das moradias, preocupando-se com a satisfação dos usuários. No entanto, não questionam os fundamentos do processo tradicional de produção arquitetônica. Já Segal faz uma crítica da base desse processo de projeto, tomando o usuário como produtor do seu espaço por meio da autoconstrução, incluindo a pesquisa de

¹ Informações disponíveis em: <<http://www.arq.ufmg.br/mom>>.



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

materiais que facilitem essa participação e a flexibilidade dos espaços. Mas, em suas propostas, as fases de concepção e construção ainda estão separadas. A flexibilidade nos espaços proposta por Habraken e Segal aponta para uma maior adaptabilidade e uma maior participação do usuário ao longo do tempo. Friedman, os integrantes do Archigram e Cedric Price contribuem com propostas de espaços mutantes, que dependem da atuação dos usuários para se conformarem, ainda que temporariamente. Price propõe determinar os instrumentos e as interfaces para a construção do espaço, e não o produto final, com seu significado definido antes do uso. Essas últimas ideias, mesmo não sendo construídas, têm significativa influência a partir dos anos 1960, estimulando a investigação da arquitetura como processo aberto e contínuo no qual o usuário é produtor do seu espaço, e não somente sujeito passivo.

Então, é necessário imaginarmos outros procedimentos, essencialmente diferentes dos convencionais, para que o conhecimento especializado de arquitetura se torne útil a uma gama ampla da população, sem desembocar na tradicional tutela. Tais procedimentos excluem as concepções de obra íntegra, autoria individual e usuário passivo. Talvez excluam até mesmo o projeto técnico na sua forma convencional, pois, por enquanto, é difícil provar que ele seja um mediador necessário e útil entre arquitetura e uso, sobretudo se reservado aos especialistas. (KAPP, 2005)

Assim, vemos que a atividade do arquiteto no processo de projeto tradicional, desde a expansão do capitalismo industrial, com exceção de algumas iniciativas de oposição, se dedica frequentemente apenas à resolução de questões imediatas. Essas questões se baseiam em conceitos que excluem a reflexão participativa, tomando a obra e até mesmo o usuário como domínios de sua criação autoral, criando produtos acabados e limitados em suas possibilidades de uso. Dessa forma, contribui-se para a ruptura da linguagem arquitetônica compartilhada pela cultura e para a construção de um mundo distante do desejado.

2. A participação na arquitetura: aproximando agentes

Se os profissionais não souberem trabalhar com as pessoas das quais dependem para ter um conhecimento do local e para conseguir o êxito do projeto, estarão sem dúvida exercendo as convenções dos “praticantes da especialização”, (...) para distingui-los dos “praticantes reflexivos”, que não têm de defender um status artificial. (TURNER, 1990, p.105)

Para voltarmos a ter uma arquitetura que seja um produto não autoritário, o primeiro passo seria a reaproximação entre arquitetos e usuários, ou entre arquitetura e uso, em torno da discussão das formas de elaboração e apropriação do fenômeno arquitetônico. Se essas barreiras forem superadas, projeto, construção e uso podem se tornar partes de um mesmo processo.



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

Contudo, há autores que questionam até mesmo a pertinência do arquiteto e do projeto arquitetônico formal na produção habitacional. O mais conhecido deles é John Turner (1990), que defende a sustentabilidade da construção de habitações de interesse social sem arquiteto, mediante o fornecimento, por parte do poder público, de terreno e infraestrutura básica. Ele denomina essa alternativa de “programas de serviços” – em vez dos tradicionais “programas de projeto de entrega das chaves”² – e atesta que ela pode ser a mais eficaz em países onde a maioria da população é de baixa renda. A proposta resgata a proximidade do usuário com o produto arquitetônico e, com todas as deficiências, pode dar origem a comunidades mais coesas e até favorecer atividades de geração de renda.

No entanto, propostas como a de Turner dependem diretamente de políticas públicas que reservem grandes porções de terras para fins habitacionais e que promovam a autonomia de indivíduos e pequenos grupos. Como nas grandes cidades adensadas essas condições inexistem, predominam ocupações de alta densidade e tipologias verticalizadas. Enquanto na arquitetura unifamiliar a construção sem o arquiteto é relativamente simples, a verticalização, com suas mediações de espaço privado e coletivo, parece tornar imprescindível a presença de um profissional que equilibre e distribua esses espaços. Mas, mesmo que admitamos a necessidade desse profissional, sua atuação deveria se pautar em organizar a estrutura comum e gerar uma distribuição equilibrada, e não em tutelar o usuário e o uso. É necessário estudar como contribuir para essa organização sem definir as necessidades dos usuários de antemão e sem congelar o uso do espaço.

Blundell-Jones, Till e Petrescu (2005) definem a participação em arquitetura como o envolvimento do usuário em algum estágio no processo de projeto. Eles alertam que a participação não é garantia de sustentabilidade, mas uma aproximação que assume riscos e incertezas. Além da estrutura técnica e econômica da arquitetura, a participação também pressupõe um engajamento político frequentemente negado pelos arquitetos no seu trabalho. A funcionalidade e a estética não devem ser termos neutros, mas também politizados.

Vários obstáculos estruturais se opõem a uma participação efetiva. O primeiro deles é a divergência entre os interesses do chamado “cliente” (financiador do empreendimento, seja ele público ou privado) e a real necessidade dos usuários. Segundo Blundell-Jones, Till e Petrescu (2005), a participação tem a função de diferenciar a *demand*a dos clientes do *desejo* dos usuários, pois os arquitetos muitas vezes atendem a essa primeira demanda e se esquecem dos reais usuários do espaço. Esse problema é especialmente evidente na produção de habitação de interesse social por gestão pública, os programas de projeto de entrega das chaves. Neles,

² Nos “programas de projeto de entrega das chaves”, a população beneficiária não participa do processo de produção da moradia, apenas recebendo as chaves quando da conclusão do empreendimento.



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

assistimos à reprodução de modelos padronizados que pouco ou nada se relacionam com o grupo e com o local aos quais de destinam. No caso da habitação social produzida por processo autogestionário³, o problema poderia ser amenizado por gerar condições favoráveis à participação.

Outro obstáculo abordado por Blundell-Jones, Till e Petrescu é a influência dos meios de representação e comunicação de massa na compreensão do produto arquitetônico. Segundo os autores, tais meios enfatizam a superfície e a imagem, ajudando a criar usuários passivos. O público perde a visão do potencial transformador do edifício e de como poderia participar dessa transformação. É como se a arquitetura não incluísse materiais reais, e não fosse habitada por pessoas em permanente mudança. A arquitetura precisa, então, ser novamente entendida em sua estrutura mais profunda, e deve ser contextualizada em todos os sentidos, através do tempo e da experiência do uso.

Entendemos, então, que uma aproximação do arquiteto com os usuários e dos usuários com a própria arquitetura é fundamental para o restabelecimento de uma arquitetura que seja um produto cultural com códigos compartilhados. Para isso, faz-se necessária uma busca por conceitos e estratégias que priorizem essa comunicação participativa, objetivando a real adequação e qualidade dos espaços.

3. Uma proposta para projetos participativos

De Carlo (2005) propõe algumas diretrizes para projetos participativos. Ele parte do princípio de que a participação coletiva introduz uma série de ações que não podem ser previstas. Assim, em vez de se basear na vaga inspiração e gosto dependentes do poder do cliente, propõe o rigor do método científico para a evolução do processo.

A participação efetiva significa não projetar *para* os clientes, e sim projetar *com* os usuários. Quando projetamos *para* um cliente, os consensos tendem a se tornar fatos congelados – forma autoritária e repressiva de projeto – e os usuários não têm motivos para defender o empreendimento, pois não fizeram parte do processo. Por outro lado, quando projetamos *com* os usuários, o consenso pode permanecer sempre aberto – forma liberal e democrática de projeto –

³ O sistema autogestionário em Belo Horizonte, por exemplo, é definido por aquele em que o movimento popular organizado gerencia os recursos financeiros e o processo de produção dos empreendimentos habitacionais e é apoiado por órgãos públicos e assessorado por técnicos que ele próprio contrata. São repassados aos beneficiários os recursos financeiros e não somente o produto final, como nos programas de gestão pública.



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

favorecendo uma participação contínua. Isso implica variáveis complexas, que nunca poderiam ser equilibradas a não ser por um contínuo processo de alternância de observações, proposições e avaliações; o que, para De Carlo, significa o uso do método científico. A participação deve transformar o planejamento arquitetônico de sua forma autoritária atual em um processo. Esse processo começa, segundo De Carlo, com a *descoberta das necessidades autênticas dos usuários*, passando pela *formulação de hipóteses*, e entrando posteriormente na fase de *administração e uso*. Nessa última, em vez de chegar ao final, o processo é reaberto numa continuidade de reformulações. Assim, as fases têm, além da relação sequencial, uma relação cíclica.

Para a *descoberta das necessidades autênticas dos usuários*, De Carlo aponta que podemos lidar com o usuário genérico, conformando uma operação técnica, ou optar por uma concreta condição da sociedade, identificando um tipo particular de usuário. A primeira opção nos faz voltar ao problema, comum no Movimento Moderno, da suposição de um usuário inexistente, com necessidades genéricas estimadas. A última opção gera uma pesquisa mais complexa: a definição das necessidades requer a presença concreta daqueles que a demandam. Esse procedimento deve primar pela reunião de informações e críticas que exponham o sistema de valores imposto, dissipando a centenária alienação com que foi produzido, para evitar refletir os valores da estrutura de poder. Deve-se expor aos usuários seu direito a ter e a se expressar, com todos os riscos de confronto que isso possa incluir. Deve-se questionar os valores tradicionais, já que eles foram construídos em processos não-participativos.

Já a fase chamada por De Carlo de *formulação das hipóteses* corresponde ao dito *projeto* nos planejamentos tradicionais. No processo participativo, os objetivos são definidos no próprio processo: na contínua interação das necessidades autênticas com as imagens de configurações espaciais. As necessidades vão sendo refinadas e a configuração do espaço, aperfeiçoada. Os produtos não são fechados, mas livres, como a própria mobilidade do processo. A sequência é suspensa quando um ponto de equilíbrio é atingido, permitindo a materialização no espaço da última hipótese satisfatória. Posteriormente, o processo continuará na fase de uso.

O trabalho do arquiteto nessa etapa consiste em expandir a sequência de hipóteses, ampliando a imagem além de fronteiras impostas; mostrar o que poderia ser alcançado, em vez de obedecer a uma ordem predefinida; permitir o confronto do objetivo com as reais possibilidades. No caso específico do trabalho com as populações de baixa renda, o arquiteto deve primeiro restabelecer os termos da sua liberdade e, na sequência, mostrar a alienação do modelo autoritário. Para isso, deve-se utilizar uma comparação deste último com modelos que os moradores deveriam ter o direito de obter se os recursos econômicos, científicos e tecnológicos viáveis hoje fossem realmente utilizados para satisfazer suas necessidades. Feito isso, sucessivas



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

hipóteses devem começar a envolver o usuário diretamente como protagonista numa ação progressiva de seleção e definição.

Nos processos participativos, o planejamento não termina com a construção do empreendimento: *a administração e o uso* fazem parte desses processos. Durante a ocupação, ainda segundo De Carlo, o arquiteto sai de cena e os conflitos passam a existir entre o espaço criado e o usuário. A arquitetura deve ser capaz de se adaptar às transformações colocadas pelo usuário e o usuário deve também ser transformado pelo estímulo que a qualidade do espaço lhe transmite.

Com base nessas análises, vemos que o projeto arquitetônico participativo pode aprimorar a atividade do arquiteto, a compreensão do espaço pelo usuário e o produto da arquitetura, e gerar o questionamento de ambos os agentes (arquitetos e usuários) a respeito de seus papéis na produção dos espaços. Os arquitetos passam a conhecer diversas circunstâncias de projeto, desmistificando parâmetros genéricos adotados e utilizando ferramentas que funcionam com a experimentação e análise de resultados, a partir das quais pode refazer continuamente as estratégias da atividade projetual. O usuário passa a interagir com o espaço desde a sua concepção, aumentando as possibilidades de apropriação.

Assim, o processo participativo contribui para caminharmos em direção a habitações de interesse social que contemplem espaços de qualidade, e que não serão obtidos com uma forma autoritária de projeto, com clientes genéricos e com a reprodução de parâmetros acrílicos na concepção do espaço. Ele gera o questionamento das formas mais comuns de produção dessas moradias, nas quais as decisões de onde e como as atividades humanas devem acontecer estão concentradas nas esferas econômica, política e tecnológica, desconsiderando parâmetros necessários à formação de espaços dignos.

Esta nova produção requer um processo que deve ser aberto na concepção, na construção e no uso, no qual possamos ter contribuições legítimas dos futuros beneficiários participantes, com resultados expressivos na concepção do espaço. O aperfeiçoamento da participação nos projetos de habitação de interesse social depende de ações conjuntas que se pautem nas reais potencialidades de um trabalho técnico - questionador das formas autoritárias de produção arquitetônica - e social na produção da habitação.

Referências bibliográficas

ANDRIÃO, Leticia Maria. *Por uma etapa de preparação à participação no processo de projeto arquitetônico em habitação de interesse social*. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado em



II Congresso Ibero-americano Sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: “Por uma nova abordagem”

Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BLUNDELL-JONES, Peter; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (Ed.). *Architecture and participation*. New York: Spon Press, 2005.

BONDUKI, Nabil Georges. *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. 2.ed. São Paulo, SP: Studio Nobel, c1997.

DE CARLO, Giancarlo. *Architecture's public*. In: BLUNDELL-JONES, Peter; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (Ed.). *Architecture and Participation*. New York: Spon Press, 2005. p. 3-22.

KAPP, Silke. Moradia e contradições do projeto moderno. *Interpretar Arquitetura*, Belo Horizonte, v. 6. n. 8, out. 2005. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/mom>>.

MASCARÓ, Lucia R. de (Org). *Tecnologia e arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1990.

TURNER, John F. C.. Da provisão centralizada à autogestão local: novas direções para a política habitacional. In: MASCARÓ, Lucia R. de (Org.). *Tecnologia e arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1990. p.88-89.

TURNER, John F. C.. O Desafio do apoio à autogestão. In: MASCARÓ, Lucia R. de (Org.). *Tecnologia e arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1990, p.105-108.

TURNER, John F. C. Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. *Revista Arquitetura IAB*, n. 68, p.17-19, 1968.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981